

DEPOSITO LEGAL
19 ABR 1976

PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDOS DO MUNDO, UNI-VOS!

Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

ANO 1/N.º 1/1 DE JUNHO DE 1974/PREÇO 2\$50/SEMANAL

EDITORIAL



REPRESSÃO... NA CONTINUIDADE

Após a «campanha eleitoral» de 1969 durante a qual os revisionistas espalharam ilusões reformistas e eleitoralistas, vários núcleos de militantes convergiram numa posição crítica e autocrítica na procura de uma alternativa revolucionária para a situação política.

Esta alternativa implicava a necessidade de desbloquear a situação criada pelo pacifismo, dando início a novas formas de luta — as acções armadas.

A isso correspondeu a criação das Brigadas Revolucionárias. Mas a prática das acções armadas nunca foi desligada da necessidade de criação duma organização revolucionária do proletariado no sentido da conjugação da luta armada com as lutas de massas, tal como foi dito em todos os comunicados das Brigadas Revolucionárias.

Em Setembro de 1970, uma delegação representativa dos núcleos de militantes que no interior do país tinham iniciado essa nova prática revolucionária, convergiram com alguns dos até aí militantes da Frente Patriótica de Libertação Nacional (F. P. L. N.), com actividade em Argel, no sentido da recuperação dos meios então ao dispôr da sigla FPLN, os quais serviam uma perspectiva revisionista. A organização em projecto nunca foi desde o início uma organização frentista e a sigla FPLN nunca foi utilizada no interior do país; apenas no estrangeiro, em situações específicas, se continuou, provisoriamente, a utilizar tal sigla.

Na sequência das acções armadas das Brigadas Revolucionárias e de toda a actividade política e organizativa desenvolvida no interior do país, realizou-se em Setembro de 1973 um congresso de militantes, que constituiu o PRP e determinou as suas linhas de organização e orientação.

O PRP resultou da conjugação de militantes das Brigadas Revolucionárias, das Comissões de Trabalhadores Revolucionários e de todos os núcleos de revolucionários que se criaram na luta de massas e de outros sectores de luta.

O Congresso decidiu criar um jornal intitulado «Revolução» que fosse o porta-voz do PRP.

Por dificuldades de ordem conspirativa ligadas à ofensiva policial após as «eleições» de Outubro passado, e vivendo o PRP na mais estrita clandestinidade, a saída do primeiro número do «Revolução» foi sucessivamente adiada. Assim, o nosso jornal surge numa nova fase da vida política portuguesa criada pelo acto insurreccional do Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril.

Este acto insurreccional derrubou o fascismo e criou assim condições para a conquista das liberdades democráticas. As grandiosas manifestações populares do 1.º de Maio e os movimentos de massas, lutas reivindicativas e greves que se lhe seguiram, transformaram por completo o carácter estritamente militar do derrubamento do fascismo e fizeram da classe operária o principal motor da evolução e desenvolvimento futuros da situação política em Portugal.

Os objectivos do PRP e a sua linha estratégica, proclamados no Congresso de Setembro passado, não sofreram alteração, mantêm-se os mesmos: o PRP deve ser um instrumento político e organizativo ao serviço da classe operária; o PRP deve ser o impulsor da criação da organização política autónoma da classe operária, promovendo em cada local de trabalho, em cada fábrica, em cada empresa, a eleição por todos os operários e trabalhadores de comissões políticas que dirijam politicamente todas as lutas dos trabalhadores na perspectiva da Revolução Socialista e que sejam directa-

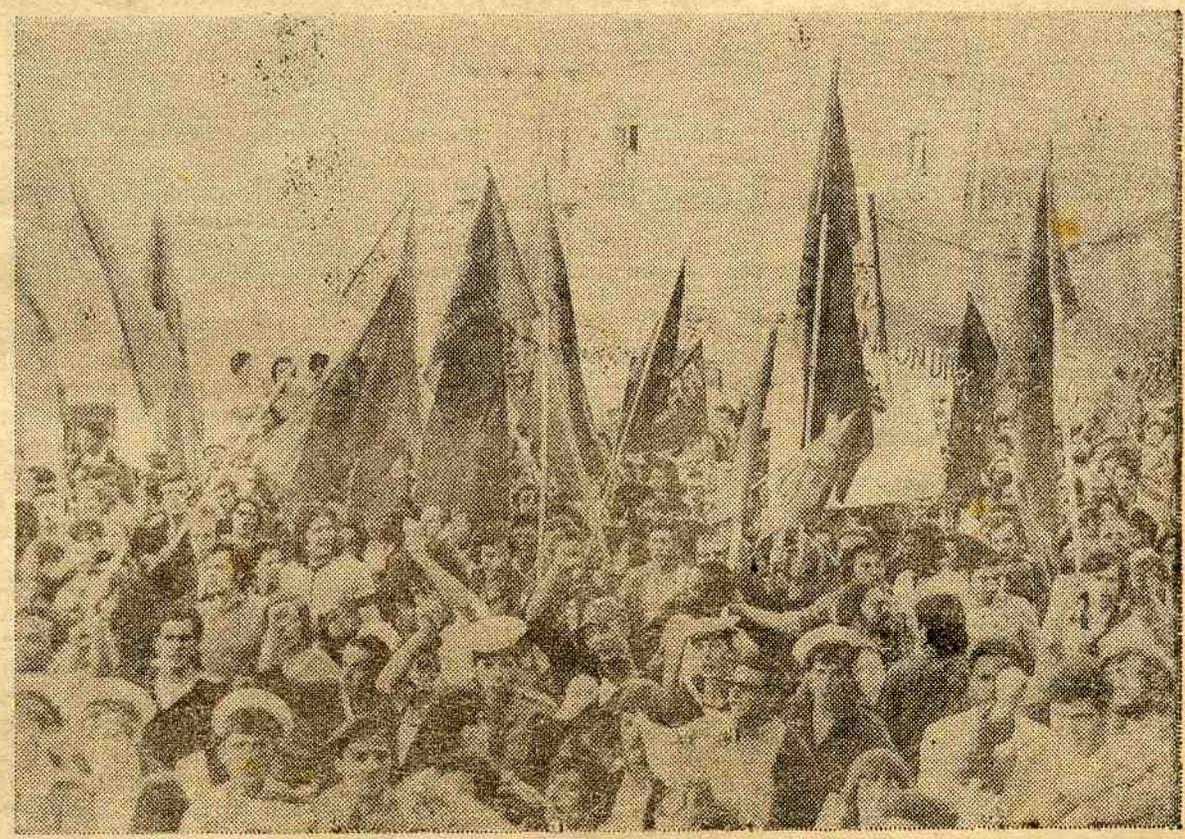
Mais cedo do que prevíamos começou a clarificar-se a situação política. Sempre dissemos que na situação de profunda crise económica e social que caracteriza a sociedade portuguesa não é possível alcançar soluções dentro dos quadros institucionais de uma democracia burguesa. O derrubamento do fascismo limitou-se, até agora, à destituição do Governo de Américo Tomaz e Marcelo Caetano e à destruição da Pide. A GNR continua intacta, a PSP continua intacta. Mais, ambas apareceram já nas ruas de Lisboa com o aparato repressivo do tempo do fascismo. Ambas começaram já a fazer as suas vítimas. Já há vítimas do Governo Provisório. E essas vítimas não são fascistas, nem administradores de bancos, nem capitalistas. São jovens que se manifestavam na rua exigindo a libertação do capitão Peralta. Jovens que se manifestavam pacificamente e que não agrediram ninguém, nem apontaram armas contra ninguém. As ameaças do poder contra as massas trabalhadoras e as forças revolucionárias continuam e sobem de tom. A «conversa em família» televisada do General Galvão de Melo é um modelo de discurso fascista. O senhor gene-

ral pretende convencer as pessoas de que são os «terroristas da extrema esquerda» os culpados da agitação social e política, os culpados das greves, os culpados da dificuldade do poder em acabar com as guerras coloniais. Em suma, seriam os «terroristas da extrema esquerda» os culpados das dificuldades do Governo Provisório e da Junta de Salvação Nacional em conciliar o inconciliável, em calar as justas reivindicações dos trabalhadores, em alcançar a harmonia de classes. Já dissemos e repetimos que não adiante escamotear a existência de classes antagónicas e a luta de classes. As classes existem e a luta de classes existe e não são os discursos ameaçadores do General Galvão de Melo e os discursos reformistas do PC que evitarão a expressão concreta dessa luta. Podem o senhor general Galvão de Melo e o PC meter na cadeia todos os revolucionários deste país que nem mesmo assim alterarão a realidade da luta de classes. Isso tentou o fascismo fazer durante 48 anos e não conseguiu.

A repressão começou. Nas ruas, com a PSP e GNR. Nos órgãos de informação, com delegados da JSN na TV, nas

emissoras de rádio e nas redacções dos jornais diários. E assim que o Governo Provisório trata de consolidar as liberdades democráticas. A tese do Governo Provisório e do PC é curiosíssima: para defender as liberdades democráticas é preciso não fazer uso delas. Conquistaram-se as liberdades democráticas e agora diz-se aos trabalhadores que para as conservar é preciso que não se faça uso delas. E o mais grave é que não se limitam a dizê-lo, mas começaram já a pôr entraves ao exercício efectivo dessas liberdades. O P. C. sempre reivindicou o direito à greve e agora que os trabalhadores fazem uso desse direito querem convencê-los a não exercer esse direito. O Governo Provisório mantém intactos os órgãos de repressão fascista — PSP e GNR — e através do PC está a montar todo um aparelho sindical repressivo contra os trabalhadores, clamam contra as «greves selvagens» atribuindo-as a agitadores fascistas ou da extrema esquerda. A repressão nas ruas fica à vista de toda a gente, mas a repressão através dos sindicatos, controlados pelo reformismo não se vê tão facilmente, é subtil e, por isso mesmo, mais perigosa.

**PARA UMA UNIDADE DA
ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA
ler nas páginas centrais**



NESTE NÚMERO:

- Lutas operárias (Pág. 2)
- Accções das Brigadas Revolucionárias (Pág. 3)
- Assembleia-entrevista PRP (Pág. 7)
- O Problema Colonial (Pág. 8)

Editorial (Continuação)

mente responsáveis perante as assembleias dos trabalhadores que as elegem; a perspectiva da Revolução Socialista pressupõe a tomada do poder pelas classes trabalhadoras dirigidas pela classe operária, a instauração da ditadura do proletariado, isto é da democracia proletária como forma de exercício do poder pelo proletariado no sentido da destruição da burguesia como classe, da destruição do sistema capitalista e da construção do socialismo; a organização da classe operária e a condução das suas lutas deve fazer-se na perspectiva da violência revolucionária, pois que a burguesia não abandonará o poder sem resistência violenta (a violência da burguesia instalada no poder há que opôr a violência revolucionária das massas trabalhadoras organizadas); fidelidade ao princípio do internacionalismo proletário, adopção, portanto, sem ambiguidades de posições anticolonialistas e anti-imperialistas e de solidariedade activa com todos os povos em luta pela sua independência e com a classe operária de todos os países em luta pelo socialismo. Esta é a linha estratégica do PRP que não se alterou após o 25 de Abril. O jornal «Revolução» será o porta-voz desta linha estratégica e ao mesmo tempo um local de debate sobre problemas de ordem táctica que se colocam à classe operária em cada fase da luta. O nosso jornal será um dos meios de que o PRP dispõe para fazer chegar à classe operária e aos trabalhadores em geral as suas propostas políticas e orgânicas. «Revolução» será um propagandista das nossas opções estratégicas e tácticas, será um agitador e um organizador.

TRABALHADORES EM GREVE

Desde o dia 5 de Abril vem-se assistido a uma vaga de greves, através das quais, e mau-grado os apêlos reformistas à contenção da luta de classes, os trabalhadores têm demonstrado a sua combatividade.

Rádio Renascença—A greve começou no dia 30, cerca das 19 horas, em virtude de ter sido proibida pela administração a transmissão da reportagem da chegada a Lisboa de alguns exilados políticos. A Rádio retomou a normalidade às horas do dia 1 de Maio.

Sociedade Nacional de Tipografia—Os trabalhadores desta empresa, proprietária de «O Século», decidiram no dia 9 de Maio entrar em greve. No caso de a empresa não permitir a publicação integral do seu comunicado como chamada na 1.ª página, o que se veio a verificar, tendo os trabalhadores feito uma greve de 5 dias pelo que o jornal «O Século» não se publicou.

A Capital—Este jornal não se publicou nos dias 1 e 13 como uma manifestação de solidariedade dos seus trabalhadores com os camaradas de «O Século».

Flama—Os trabalhadores da revista entraram em greve às 18 horas do dia 3 até às 18 horas do dia 7. As principais reivindicações—informação livre, isenta e objectiva e satisfação dos salários previstos no C.C.T.—foram satisfeitas.

Os pescadores de Matosinhos regressaram no dia 6 ao trabalho depois de 4 dias de greve.

Complexo de Tróia-Torraltá—No dia 9, cerca de 4000 trabalhadores fizeram uma greve de 24 horas, tendo sido satisfeitas algumas das suas reivindicações. As suas condições de trabalho anteriores eram de 11 horas de trabalho por dia e ordenado entre 2600 e 4000 escudos.

Sociedade de Aguas do Luso-SARL—No dia 10, cerca de 100 empregados entraram em greve, reivindicando um ajustamento de salários.

Timex—1677 trabalhadores desta fábrica entraram em greve no dia 9 com ocupação dos locais de trabalho, exigindo a expulsão de 6 indivíduos ligados ao regime fascista, reivindicação que veio a ser satisfeita após alguns dias de greve.

Marinheiros da Boror—No dia 11 entraram em greve por melhoria de salários.

Firestone—Os trabalhadores desta empresa em Lisboa, Alcochete, Porto e Coimbra entraram em greve às 0 horas do dia 13, ocupando as instalações. Os trabalhadores exigiam o saneamento da direcção da empre-

sa. Retomaram o trabalho no dia 20. **Intento-Indústrias e Representações para Construção Lda.**—Os trabalhadores desta empresa pediram no dia 3 aumento de salários de 1800\$00 mensais dando um prazo de resposta até ao dia 7 à meia-noite, o qual não foi cumprido pela empresa. Os 350 trabalhadores da fábrica em Alverca entram em greve no dia 8. Os trabalhadores dos serviços administrativos em Lisboa, os de Revim no Porto e os de Portimão entram em greve no dia 14, elevando-se assim para 700 o número de trabalhadores em greve. A greve terminou no dia 14.

Cantina Universitária de Lisboa—Os trabalhadores desta cantina entram em greve no dia 15.

Martins e Rebelo—Os empregados de escritório desta empresa de laticínios iniciaram uma greve de zelo em Lisboa e Vale de Cambra, no dia 14.

Parque Residencial de Mirafleres—No dia 15 cerca de 800 operários da construção civil, sendo um grande número deles cabo-verdianos, fizeram greve. As firmas afectadas foram: Habitat, Micorel, Compav e Francisco dos Santos Lda. As suas principais reivindicações eram: salário mínimo de 6000 escudos; 40 horas de trabalho por semana de 5 dias; 30 dias de férias anuais com subsídio de 100%; direito à greve e subsídio de Natal pago com antecedência de 8 dias.

Companhia de Seguros «O Alentejo»—Os trabalhadores desta empresa decidiram entrar em greve no dia 16 tendo apresentado uma série de reivindicações à Administração, entre elas o saneamento da empresa.

Empresas de viação Eduardo Jorge, Gaspar e Sinta-Atlântico—A não satisfação de reivindicações opôs trabalhadores e administrações, pelo que os respectivos cobradores deixaram de cobrar bilhetes a partir do dia 14. Principais reivindicações: salário de 6000 escudos para motoristas e de 5000 escudos para cobradores.

Empresa de viação João Cândido Belo (Setúbal)—Também a 14/5 empregados desta empresa decidiram não cobrar bilhetes enquanto não forem satisfeitas as suas reivindicações: salário de 8000 escudos para os motoristas 7000 escudos para cobradores; semana de 40 horas; aumento de 25% no trabalho nocturno; direito à reforma aos 55 anos; e suspensão de todos os castigos. Os trabalhadores

TRABALHADORES EXIGEM 6.000\$00 "GENEROSO" O GOVERNO FIXA 3.300\$00

Desde o dia 25 de Abril, uma vaga de greves tem percorrido o País, demonstrando que a classe operária tem consciência de que a liberdade não lhe chega. A liberdade serve-lhe para melhor poder lutar contra o capitalismo, contra a exploração.

O novo poder contava com o reformismo, nomeadamente com o PC e o seu aparelho político e sindical, para poder controlar possíveis movimentações reivindicativas radicalizadas. Nesse aspecto enganou-se. Nem este partido nem o aparelho sindical são organizações de massas, nem muito menos as podem controlar.

De resto, nenhum poder ou organização podem convencer a classe operária a sofrer todos os dias e dramaticamente grandes necessidades.

Ultrapassados pelos acontecimentos, os reformistas tentam justificar as greves lançando mão de todas as explicações, e tentam pará-las aranjando argumentos de vária ordem, entre os quais aparece sempre o fantasma da reacção. Justificam as greves dizendo por um lado, que quem desencadeia são elementos ao serviço da reacção e, por outro lado, que as concessões feitas pelas grandes empresas têm o fim de esmagar as pequenas empresas.

Assim se passa o atestado de menores mentais a milhares e milhares de operários, como se se tratasse de rebanhos de ovelhas dispostas a seguir atrás de qualquer manobrador. A verdade é que, organizados ou não, enquadrados pelo sindicato ou não, os operários têm no dia-a-dia que comer e que viver num mínimo de condições; são essas razões que os movem e não manobras de provocadores ou patrões. Sabem por outro lado que a greve é a arma mais eficaz, visto que nada se faz sem o trabalho. E se essa é a sua arma, usam-na no sentido da defesa dos seus interesses, no sentido da conquista dos seus direitos. E usam-na contra quem? Contra os patrões que são o seu inimigo, que pertencem à classe contra a qual lutam—à burguesia.

Esta é a verdade e qualquer outra explicação não pode iludi-la.

As Intersindicais fizeram aprovar por 32 votos contra 8 abstenções um documento intitulado «Para uma estratégia sindical». Neste documento procura-se travar a greve chamando-lhe a «última arma» e procura-se travar as movimentações por aumento de salários. A verdade é que este documento, dum tal gravidade, foi aprovado pelas Intersindicais sem que as assembleias de trabalhadores fossem consultadas e nem sequer o foram as direcções sindicais. Foi aprovado na sessão em que foi apresentado sem nenhuma consulta para fora dos

delegados presentes. As abstenções correspondem aos sindicatos que repudiaram o facto de ser aprovado um documento de tal gravidade sem consulta dos corpos gerentes e das assembleias de trabalhadores.

É neste mesmo espírito que surgem as declarações públicas das Intersindicais, do PC, do Movimento Democrático e do Governo Provisório, todas tendentes a travar as lutas dos trabalhadores procurando assustá-los com o espantinho da reacção.

É neste mesmo espírito que a resposta do Governo Provisório à reivindicação de 6.000\$00 de salário mínimo se concretiza em 3.300\$00.

Na verdade, perguntamos: que interesses é que o Governo Provisório está a defender? Os da alta finança, dos Melos, dos Champalimaud, dos Britos? Porque nada ainda perturbou o poder desses, que são os exploradores e os opressores da classe operária. Mas dizem-nos alguns membros do Governo Provisório, exactamente os que falam em nome da classe operária, que é necessário proteger as pequenas e médias tanto, quais são os interesses que defendem: os dos operários ou os dos pequenos industriais e dos pequenos comerciantes? E consideramos que os operários são tão explorados pelo grande industrial como pelo pequeno industrial.

As leis da sociedade capitalista dizem-nos que é fatal a concentração de capitais, tudo se encaminha progressivamente para a constituição de grandes empresas, desaparecendo as pequenas e médias pela sua própria impossibilidade técnica de sobreviverem no actual estado de produção.

De resto, nas sociedades socialistas essa concentração mantém-se ou aumenta, única possibilidade da produção satisfazer as necessidades do país; simplesmente passam a ser propriedade colectiva e não propriedade de alguns. As pequenas e médias empresas desaparecem rapidamente em todas as sociedades socialistas. Portanto, ir em defesa da pequena e média empresa é querer fazer a História andar para trás, é substituir a defesa dos interesses do proletariado pela defesa dos interesses da pequena e média burguesias.

Numa perspectiva revolucionária, os interesses dos tra-

balhadores têm de ser o objectivo de qualquer organização ou movimento. Nesse aspecto estamos com os trabalhadores quando eles lutam por salários mínimos que correspondem às suas necessidades. Não lhes cabe dizer o que mais convém ou não convém ao capitalismo. Compete-lhes dizer de quanto necessitam e demonstrar que o sistema capitalista não lhes serve e que o único caminho é a Revolução Socialista. E é no sentido da Revolução Socialista que as lutas se devem fazer desde já. Porque destroem o sistema e por que permitem a organização dos trabalhadores.

A organização que se está a construir actualmente, através de eleições feitas directamente em assembleias, é a organização que pode permitir aos trabalhadores fazer a Revolução Socialista e que permitirá ao proletariado a tomada do poder. Esta organização não pode ser dirigida por sindicatos nem por partidos, é dos trabalhadores, saída dentro deles e tem de responder directamente perante as massas.

Não é do espantinho da «reacção-que-há-de-vir» que os trabalhadores têm de defender-se, mas da reacção que existe desde já, personificada nos patrões, no Governo Provisório e nas Intersindicais que se orquestraram para travar as lutas, para cortar o passo à Revolução Socialista.

A orquestra, através de todos os órgãos da informação, da propaganda contra os trabalhadores em luta, atingiu nos últimos dias proporções enormes com truques a que só tínhamos assistido no tempo da «velha senhora». A calúnia contra os operários em greve passou a ser moeda corrente. Mais: tenta-se por todos os meios dividir a classe operária e lançar a opinião, sobretudo da pequena burguesia, contra ela.

É neste sentido que deve ser interpretada a manifestação da Intersindical marcada para o dia 1 de Junho, em Lisboa.

Será assim que procuram impedir a reacção? Não, assim abrem efectivamente o caminho à reacção fascista, são já a reacção burguesa.

As reivindicações dos trabalhadores podem ser satisfeitas; mas para isso é necessário atingir os interesses da grande finança, atingir as estruturas do capitalismo.

CONGRESSO DO PRP

Tendo em conta a nova situação criada após o 25 de Abril e as inevitáveis repercussões que tal alteração acarreta para a condução e prosseguimento da luta pela Revolução Socialista, o PRP levará brevemente a efeito o seu 2.º Congresso.

DIRECTOR INTERINO: Isabel do Carmo
DIRECÇÃO DE CONTACTO PROVISÓRIA
Rua Gil Vicente, lote A, r/c — PAREDE
Telefone. 247 50 51 das 18 às 20 horas

(Continua na pág. 6)

ACÇÕES DAS BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

7/11/71:

Acção de sabotagem que destruiu a base secreta da NATO no Pinhal do Arneiro (Fonte da Telha - Distrito de Setúbal), acabada de construir e prestes a entrar em funcionamento. Esta enorme base subterrânea foi construída especialmente para resistir a bombardeamentos nucleares e era destinada ao controle de foguetões portadores de ogivas nucleares. A sabotagem destruiu completamente o comando desta base da NATO, equipado com os mais avançados sistemas electrónicos, avaliados em dezenas de milhares de contos.

12/11/1971:

Destruição de uma bateria de canhões, modelo 8 x 8, em Santo António da Charneca - Barreiro. Esta bateria de canhões tinha sido instalada a seguir às grandes greves da CUF, com o fim de impressionar e intimidar o corajoso proletariado desta região.

11/5/72:

Tentativa de corte de energia em parte do centro e em todo o sul do País.

11/6/72:

Recuperação de centenas de quilos de explosivo, na pedreira entre Loulé e Boliqueime, no Algarve.

11/7/72:

Foram destruídos 15 camiões «Berliet» (franceses) que iam ser entregues ao exército fascista para servirem na guerra colonial. O seu valor ascende a 15 mil contos.

- A acção do 1.º de Maio não resultou devido a uma alteração na potência do explosivo utilizado. A recuperação do explosivo da pedreira do Algarve visou superar esta situação, o que foi totalmente conseguido.

Julho de 1972:

Distribuição através de petardos de milhares de panfletos denunciando a farsa da eleição presidencial. Durante esta acção de agitação e propaganda foram lançados dois porcos vestidos de almirante, no Rossio e em Alcântara. Estes dois porcos eram o símbolo do Tomás eleito e de quem o elegeu.

25/8/72:

Três destacamentos das BR, numa acção coordenada levaram a cabo a acção de sabotagem das instalações electrónicas de Palmela e Sesimbra da **Companhia Marconi** (trust internacional) que em Portugal exerce o monopólio de todas as comunicações telegráficas e telefónicas intercontinentais e com as colónias. Estas duas instalações, avaliadas em muitos milhares de contos, eram elementos fundamentais do sistema de comunicações com as colónias e com a África do Sul, os Estados Unidos da América e a Inglaterra.

Dezembro de 1972:

Acção de recuperação de mapas militares de grande importância: assalto aos Serviços Cartográficos do Exército, com obtenção de um exemplar de todos os mapas das colónias ali elaborados. Estes mapas (cerca de 200) foram entregues aos

movimentos de libertação - PAIGC, MPLA e FRELIMO, para os quais constituem instrumento muito importante para a intensificação da sua luta, como eles afirmaram em saudações dirigidas às Brigadas Revolucionárias.

9 e 10 de Março de 1973:

Acções de sabotagem no Distrito de Recrutamento e Mobilização na Avenida de Berna, no Quartel-Mestre General da Rua Rodrigo da Fonseca e nos Serviços Mecanográficos do Exército, no Quartel da Graça em Lisboa. A acção contra o Distrito de Mobilização destinou-se a destruir as fichas de recrutamento e a do Quartel-Mestre General destinou-se a desorganizar o sistema de abastecimentos à guerra colonial. A acção do Quartel da Graça provocou o incêndio nos Serviços Mecanográficos, causando prejuízos incalculáveis, não só sob o ponto de vista material como, principalmente, do funcionamento da máquina do Exército, como o próprio Ministro da Defesa foi obrigado a reconhecer.

6/4/1973:

Destruição das instalações do Distrito de Recrutamento e Mobilização do Porto, situado numa das alas do edifício do Governo Civil e do Comando Distrital da PSP, e das instalações do Quartel-General da Região Militar do Porto, situado na Praça da República. Nas primeiras ficaram destruídas completamente as várias secções dos Serviços de Recrutamento (incluindo ficheiros e arquivos)

bem como as instalações, do Porto, do Movimento Nacional Feminino. No Quartel General da 2.ª Região Militar foi destruída a parte correspondente às instalações da 2.ª Repartição (Serviços Secretos do Exército), o Gabinete do Chefe do Estado-Maior, bem como os respectivos serviços, as secções de transmissão e cifra. Os objectivos fixados para esta acção foram atingidos: sabotar o comando militar desta importante região militar bem como os serviços de recrutamento. Esta acção armada deu início às acções armadas no norte do País e prestou homenagem aos camaradas Ernesto e Luís que perderam a vida na execução das acções realizadas nos dias 9 e 10 de Março. Noutro local deste jornal prestamos homenagem aos dois camaradas mortos em luta.

29 de Abril de 1973:

Nas vésperas do 1.º de Maio foi distribuído do extremo-norte ao extremo-sul do país, em 200 locais diferentes, um panfleto chamando os trabalhadores portugueses para um 1.º de Maio de luta. A distribuição dos panfletos foi feita por petardos, que rebentaram simultaneamente em duas centenas de localidades diferentes de Portugal, do Minho ao Algarve.

1 de Maio de 1973:

Na madrugada do 1.º de Maio, cerca das 2,50 horas, foi realizada uma nova acção armada: destruição de várias secções de «relações de trabalho», do Ministério das Corporações, na Praça de Londres, em Lisboa. Foram alcançados os objectivos fixados: destruição dos 4.º e 5.º pisos do Ministério, como a própria Imprensa fascista noticiou. As BR garantiram a total imunidade dos moradores vizinhos, através de um aviso telefónico feito antes da acção.

Esta acção integrou-se no conjunto das lutas dos trabalhadores portugueses, fazendo do 1.º de Maio uma importante jornada de combate do proletariado.

26/10/1973:

Nova acção armada cerca das 22,02 h. Destruição de uma das secções de arquivos e grandes estragos no edifício e nas repartições subjacentes no Quartel-General da Região Militar do Porto. Esta acção coincidiu com o início do discurso de Marcelo Caetano que, por esse meio, dava o último retoque na preparação da farsa eleitoral fascista de 28 de Outubro. Uma outra bomba colocada em Lisboa, no Quartel-General, foi despoletada e neutralizada. A guarnição militar fora alertada pela acção do Porto.

Assim estiveram presentes no «acto eleitoral» as Brigadas Revolucionárias.

22/2/1974:

Sabotagem do Quartel-General da Guiné, em Bissau, provocando a inutilização total do edifício do comando.

9/4/1974:

Acção de sabotagem no navio «Niassa», no momento em que este ia partir para Bissau com um contingente de soldados. A explosão da carga provocou, além de um rombo de 80 cm no casco, um incêndio que levou 6 horas a ser extinto pelas muitas corporações de bombeiros presentes, tendo todo um sector do navio ficado seriamente danificado. Uma hora e 15 minutos antes da explosão, as BR informaram a PSP, a Polícia do Porto de Lisboa e alguns órgãos da informação, da existência da carga no navio, a fim de que este fosse evacuado.

- Durante todo este período levaram a efeito as Brigadas Revolucionárias, acções de outros tipos que, por um ou outro motivo, não foram reivindicadas. Dentre estas, e como já anteriormente foi referenciado, destacamos vários assaltos a instalações bancárias e cujas somas eram exclusivamente empregues em despesas inerentes ao prosseguimento da luta revolucionária.

ERNESTO E LUIS

Ernesto e Luís foram dois camaradas operários que morreram nas acções de sabotagem que as Brigadas Revolucionárias realizaram, no dia 9 de Março de 1973, no Distrito de Recrutamento e Mobilização na Avenida de Berna e no Quartel-Mestre-General da Rua Rodrigo da Fonseca, em Lisboa.

No sexto comunicado das Brigadas Revolucionárias (Abril de 1973) dizia-se que «Ernesto e Luís eram dois militantes operários das Brigadas Revolucionárias que deram a vida pela revolução. Perante a violência da burguesia que lança a juventude para a guerra e para a emigração, estes militantes não escolheram o caminho do conformismo nem da desistência. Nem tão pouco escolheram o caminho fácil do reformismo legalista, escolheram o caminho difícil da luta revolucionária clandestina, a via da luta política armada, a única que tornará possível a tomada do poder pelos trabalhadores para a instauração do socialismo».

QUEM ERA LUÍS

Dos camaradas mortos apenas Luís foi identificado pela polícia. Assim, a razão de hoje apresentarmos a sua identificação e uma entrevista com os pais do nosso querido camarada:

Carlos Alberto Ferreira Curto, filho de Maria Teresa Gomes Ferreira Curto e de Viriato Manuel Curto, nasceu a 3 de Abril de 1952 em Alcoentre, concelho de Azambuja. Aos 16 anos terminou o curso Industrial e começou imediatamente a trabalhar no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa.

«Eu andava sempre preocupada - diz-nos a mãe - porque conhecia as ideias do meu filho. Eu presumia os perigos que ele corria. Cheguei a dizer-lhe: «filho, andas influenciado, mas ele sempre me respondeu que não e que só fazia o que considerava certo.»

«Nos primeiros dias, ainda me convenci que ele tinha saído para o estrangeiro, mas, quando ouvi a notícia na rádio convenci-me



...ele que não podia ver os Pides... mas tantos que foram acompanhá-lo.

logo da verdade. Sempre procurei evitar qualquer contacto com a Pide, mas, como não tinha outro caminho para saber do paradeiro do meu filho, vi-me em contacto com a polícia.»

«Como o meu marido trabalha no Limoeiro (é carcereiro), resolveu falar com o Director e foi ele que nos pôs em contacto com a Pide. Vieram cá a casa, mas eu já tinha queimado alguns papéis e escondido alguns livros. Eram coisas sem importância, mas às vezes podiam pôr outras pessoas em perigo. Chegou a cá vir uma agente, mas todas as coisas que levaram eram sem importância. Chegaram a levar coisas que não

tinham nada a ver com o meu filho.»

«A Pide veio cá a casa porque lhes tinham dito que as bombas eram feitas aqui, mas é mentira.»

«A Pide dizia que os amigos o tinham influenciado e que o desastre podia ter acontecido por duas coisas: por deficiência técnica ou por a organização se querer ver livre dele e então fizeram-lhe isso!»

- «Não senhor, não acredito que a organização lhe tenha feito isso.»

«Nestas alturas a vizinhança fala sempre. Chegaram a dizer que o meu filho tinha sido drogado, mas não é verdade. Ele só ia fazer isso se quisesse, pois ninguém o podia obrigar. O meu filho tinha essas ideias e vivia para elas. Ele morreu por um ideal, lutou por um ideal.»

«O funeral realizou-se a 16 de Julho e saiu do Instituto de Medicina Legal para o cemitério de Benfica e está na campá 3314 - secção 43. Foi muito difícil conseguirmos autorização para o funeral. Diziam-me que era amanhã, era depois e nunca se chegava a realizar. Nunca nos deixaram velar o meu filho. No

funeral iam muitas pessoas conhecidas e amigos do meu filho e ele, que não podia ver os Pides... mas tantos que foram acompanhá-lo.»

«Durante muitos dias, a Pide rondou a minha casa, estavam sempre aí em frente.»

«Uns dias antes do desastre - diz-nos o pai - tive uma conversa com ele e perguntei-lhe: ouve lá, se tivérmos de ir em frente para defender um ideal, mas que ponha em risco a nossa própria vida, o que é que devemos fazer, avançar ou recuar? Ele respondeu-me que se devia ir em frente.»

Prestamos hoje a nossa homenagem a Ernesto e Luís que não puderam assistir à queda do fascismo nem continuar a lutar agora a nosso lado. As suas vidas foram o preço involuntário da nossa luta em comum numa fase extremamente dura e decisiva do trabalho revolucionário em Portugal.

É de notar todas as tentativas insinuadas da Pide para deturpar o verdadeiro valor da acção política destes camaradas. O desastre deu-se por deficiência, na preparação técnica, causada por uma das próprias vítimas

PARA UMA UNIDADE DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

COMÍCIO NA «VOZ DO OPERÁRIO»

Cerca de três mil pessoas encheram completamente o salão da Voz do Operário, no domingo, dia 19, para participarem no Comício da Esquerda Revolucionária, organizado pelas seguintes organizações: Comissões de Base Socialistas - CBS, Liga Comunista Internacionalista - LCI, Partido Revolucionário do Proletariado - PRP e Unidade Revolucionária Marxista-Leninista - URML. Um representante da Luar usou também da palavra, tendo a sua organização aderido à Esquerda Revolucionária e proposto participar no Comício que se realizou dias depois no Coliseu dos Recreios.

Usaram da palavra representantes de todas as organizações: pelas CBS, Miguel Oliveira e Silva, pela LCI Ernesto Mandel, pelo PRP Isabel do Carmo, pela URML Joaquim Luciano e pela LUAR Luís Guerra. Foram unânimes em três pontos fundamentais: independência imediata e incondicional das colónias, Revolução Socialista como única via de libertar o proletariado português e repulsa pela política oportunista e de traição à classe operária dos representantes do P. C. P. no Governo Provisório.

Em nome do PRP a camarada Isabel do Carmo começou por dizer que o Movimento de 25 de Abril não constituiu uma mudança no sentido de alterar as condições económicas dos trabalhadores. Salientou a importância do aproveitamento das liberdades democráticas pela classe operária no sentido de uma luta organizada contra o Capitalismo e pelo fim da guerra colonial e a independência dos povos colonizados.

Depois de fazer uma rápida análise das greves desencadeadas a seguir à nomeação do Governo Provisório, a nossa camarada acrescentou: «os exploradores continuam, estão cá. Nada se alterou. E, o que prova que os operários têm consciência disto são as greves que se verificam por todo o lado. Para os operários, a liberdade não chega, pois eles não comem liberdade.»

Denunciou a seguir a permanência da PIDE/DGS nas colónias com a nova designação de Polícia de Informação do Exército, afirmando que se torna premente acabar com a exploração e com a guerra colonial, factores que unem na luta as organizações presentes.

Referiu as diferenças entre a Esquerda Revolucionária e os reformistas no Poder em relação ao movimento reivindicativo salientando que estes são contra a greve e contra as reivindicações salariais.

Está-se a forjar rapidamente sob os nossos olhos o futuro poder operário. E de outro lado, no campo do inimigo de classe, o que é que se passa?
Assistimos estupefactos a este fenómeno que não sendo original é contudo, nas condições actuais do nosso País uma coisa verdadeiramente escandalosa.
Um Partido que se diz Comunista e representativo da classe operária a desempenhar um papel contra-revolucionário ao serviço da grande burguesia capitalista instalada no Poder.
O Governo Provisório é um governo fantoche, simples executor de um programa político que nada tem a ver com os interesses da classe operária.
O Governo Provisório não põe termo às guerras coloniais. O Governo Provisório continua a enviar soldados portugueses para matarem e serem mortos nas colónias.
O Governo Provisório não reconhece o direito dos povos colonizados à total e imediata independência.
A auto-determinação e os referendos são mistificações para esconderem os intuitos neocolonialistas da grande burguesia capitalista de que o Governo Provisório é porta-voz.
O Governo Provisório continua a manter Portugal ligado à NATO e ao Pacto Ibérico.
O Governo Provisório não nos diz nada sobre o capital financeiro sobre os monopólios e os grandes latifúndios que continuam a explorar os trabalhadores portugueses.
O Governo Provisório e o Partido Comunista procuram intimidar os trabalhadores com o perigo fascista. Aconselham os operários a moderarem as suas reivindicações. Fazem apelos aos trabalhadores para que recuem nos seus objectivos e nos seus métodos de luta.
Eu pergunto, o que é que este Governo e este Partido Comunista têm a ver com a classe operária?
— Extracto da intervenção do camarada Orlando Lindim Ramos, no Coliseu dos Recreios.

A situação económica — acrescentou a nossa camarada — agravar-se-á sempre, enquanto estivermos dependentes dos capitalistas nacionais ou estrangeiros. «O único caminho é a Revolução Socialista. A nossa luta não pretende pôr um Partido no Poder, quer sim, um Governo saído da organização autónoma dos trabalhadores. Não é com Leis que um operário vai conseguir o Socialismo. A burguesia não sai do Poder com Leis. Põe-se, novamente, um problema de violência das massas. Não a violência de antigamente, mas como aquela que já se está a fazer, ocupando as fábricas, fazendo greve.»

COMÍCIO NO COLISEU DOS RECREIOS

Também na sexta-feira, dia 24, mais de 5000 pessoas assistiram no Coliseu dos Recreios ao segundo Comício organizado pela Esquerda Revolucionária e no qual se convocou a grande manifestação anti-colonialista de sábado sob a palavra de ordem — «independência imediata e incondicional para as colónias».

O Comício foi organizado pelas mesmas organizações que levaram à cabo o comício da Voz do Operário, PRP, CBS, LCI, URML e ainda pela Liga de União e Acção Revolucionária — LUAR e Comités para a Independência Imediata e Incondicional das Colónias — CIC, que aderiram à Esquerda Revolucionária.

Falou um representante de cada organização: pela CBS, Fernando Silva, pela LCI, Francisco Sardo, pela LUAR, Luís Guerra, pelo PRP e Brigadas Revolucionárias, Orlando Lindim Ramos e Tomás Melo da Fonseca, pela URML Joaquim Luciano,

O nosso camarada Orlando Ramos começou por dizer que se assiste neste País, neste momento, a um fenómeno extraordinário não só sob o ponto de vista nacional como também sob o ponto de vista do Movimento Operário Internacional. E afirmou: «num País que viveu 48 anos sob o regime fascista, os trabalhadores desencadeiam lutas reivindicativas que podem considerar-se, em muitos aspectos, exemplares não só pelos objectivos económicos e políticos, mas sobretudo pelos métodos utilizados e pela capacidade de organização que revelam. A classe operária tem mostrado através das suas lutas um alto grau de maturidade política na medida em que a conquista das liberdades democráticas não lhe criou ilusões. Os trabalhadores portugueses não confundem regime fascista com sistema capitalista. Uma vez derrubado o regime fascista permanece e continua o sistema capitalista que lhe deu origem.»

Após ter desmascarado o papel desempenhado pelo Governo Provisório, como simples executor de um programa político que nada tem a ver com os interesses da classe operária, Orlando Ramos salientou: «Não há outra alternativa para a classe operária, não há outra alternativa para os trabalhadores portugueses que não seja a Revolução Socialista.

E a terminar a sua intervenção depois de um apelo para que a classe operária comece desde já a criar a sua organização política autónoma, o nosso camarada afirmou: «Perante a traição dos partidos reformistas comprometidos com o poder cabe-nos a nós, partidos revolucionários, uma grave responsabilidade. Os partidos revolucionários têm de ser instrumentos políticos ao serviço da organização política autónoma das classes trabalhadoras. Têm que ser instrumentos ao serviço da organização

soviética de operários, soldados e marinheiros para a conquista do poder pela classe operária, para a ditadura do proletariado, para a Revolução Socialista.

Para nós ditadura do proletariado significa democracia proletária. Ditadura do proletariado não é ditadura de um Partido, mesmo que esse Partido seja um Partido proletário. Ditadura do proletariado é a ditadura da classe operária e não a ditadura de qualquer Partido em nome da classe operária. É o poder dos soviets e não o poder de um Partido.

Viva a ditadura do proletariado. Viva a revolução socialista. Viva o internacionalismo proletário.»

Os milhares de pessoas que enchiam o Coliseu dos Recreios interromperam os oradores gritando palavras de ordem anti-colonialistas, anti-capitalistas, anti-reformistas, anti-revisionistas, pela Revolução Socialista, pela ditadura do proletariado e pelo internacionalismo proletário, nas quais se condensa neste momento o projecto de unidade revolucionária das seis organizações. Falando também em nome do P. R. P. — Brigadas Revolucionárias, Tomás da Fonseca começou por dizer: «A situação de guerra que se arrasta desde há treze anos nas colónias constitui um dos mais graves problemas de que os trabalhadores portugueses e os povos das colónias têm de se libertar. Essa guerra que foi mantida durante todo este tempo para benefício do capital português e imperialista, essa guerra que tantos sacrifícios tem custado aos trabalhadores portugueses e aos povos das colónias não é senão uma guerra de classes. A exploração desenfreada das colónias não traz qualquer benefício para o proletariado português, para os trabalhadores portugueses: ao contrário, ela foi pretexto utilizado pela burguesia para

lhes impor maiores sacrifícios, para levar mais longe a exploração capitalista».

Após ter salientado que a guerra colonial contribuiu em muito para o agravamento das contradições do capitalismo em Portugal, e desde modo foi um factor de consciencialização do proletariado português, o nosso camarada afirmou que a aliança entre os trabalhadores portugueses e os povos das colónias não é uma questão sentimental. Essa aliança — disse — é o resultado da convergência de interesses entre os trabalhadores portugueses e os povos da Guiné-Cabo Verde, Angola, Moçambique. Como disse o camarada Ho-Chi-Min, o colonialismo é uma sanguessuga de duas ventosas. Hoje há uma ventosa a sugar os trabalhadores portugueses e há outra ventosa a sugar os povos das colónias».

Depois de denunciar as manobras demagógicas do Governo Provisório em relação ao problema colonial, Tomás da Fonseca terminou fazendo um apelo às organizações representadas no comício e às outras organizações revolucionárias, dizendo: «Não percamos nem mais um minuto. Para não deixarmos passar a frente reformista, temos de opor-lhe a aliança revolucionária em torno do problema colonial. Nas fábricas, nas escolas, no campo, nos escritórios, no exército, na marinha, na aeronáutica, por todo o lado lancemo-nos num trabalho unitário anti-colonial. Por todo o lado lancemo-nos na criação de Comités para a Independência Imediata e Incondicional das colónias. Façamos da luta anti-colonial uma luta anti-capitalista.

Abaixo o neo-colonialismo. Fora com o logro da auto-determinação. Fim imediato da guerra. Regresso imediato dos soldados. O poder ao PAIGC, ao MPLA, e FRELIMO. Regresso imediato dos soldados. O poder ao PAIGC, ao MPLA e FRELIMO. Nem mais um soldado para a África. Viva a unidade das forças revolucionárias. Viva a Revolução Socialista. Viva a Ditadura do Proletariado».

Foi convidado a falar também, um representante da Casa dos Estudantes das Colónias, que saudou todas as organizações ali presentes e denunciou a política neo-colonialista dos reformistas no Poder.

Um representante da organização comunista francesa Révolution, entregou uma mensagem saudando as organizações de esquerda presentes no comício e acusando o reformismo do PC e do PS aos quais apelidou de «gerentes fiéis dos interesses capitalistas».

A terminar usaram da palavra trabalhadores e estudantes que se encontravam na sala.

**MANIFESTAÇÃO
ANTI-COLONIALISTA
DA ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA**

Fim da Guerra colonial! Independência imediata para as colónias! Viva a Revolução Socialista! Abaixo a exploração capitalista!

Foi segundo estas e outras palavras de ordem que uma multidão empunhando bandeiras vermelhas seguiu do Rossio para S. Bento na tarde de sábado, 25 de Maio.

Eram mais de dez mil os participantes que responderam ao apelo das organizações de esquerda que convocaram na véspera o Comício no Coliseu dos Recreios.

Participaram nesta manifestação as seguintes organizações — Liga de União e Acção Revolucionária, LUAR, Partido Revolucionário do Proletariado PRP, Comissões de Base Socialistas CBS, União Revolucionária Marxista-Leninista URML, Liga Comunista Internacionalista LIC e Grupos de Trabalho Pró-Comités pela Independência Imediata e Incondicional das Colónias CIC.

Esta manifestação realizada no momento em que em Londres o Governo Provisório iniciava as conversações sobre o cessar fogo na Guiné, surgia na sequência dos Comícios realizados anteriormente pelas organizações da esquerda revolucionária, «Os trabalhadores portugueses lutam e têm razão» — dizia-se no panfleto apelando à concentração no Rossio, em que, sob o título — «Trabalhadores portugueses, Povos das Colónias: o mesmo combate» se afirmava: «Nas ruas, nas fábricas e no campo, nos quartéis, nos bairros e nas escolas, nos escritórios e nos serviços públicos, os trabalhadores revoltam-se e atacam os fascistas e a PIDE, atacam a operação e a exploração capitalistas, manifestam-se contra a guerra e o colonialismo. Nas colónias, os povos irmãos da Guiné-Cabo Verde, Angola e Moçambique lutam, de armas na mão, pela independência nacional».

«O 25 de Abril é, acima de tudo, o resultado da luta armada dos povos das colónias e do curso das lutas anti-capitalistas e anti-colonialistas em Portugal. A liquidação da exploração das colónias não enfraquece os trabalhadores, enfraquece sim a burguesia, mina o poder do capital, dos Melo, Champalimaud e Espírito Santo e companhia».

«Não é por acaso, que, ao traír as lutas dos trabalhadores, o Governo Provisório e os Partidos Reformistas tentam impôr desesperadamente a salvaguarda dos interesses capitalistas nas colónias, prolongando a exploração capitalista sob novas formas, falando de auto-determinação e referendos. São estes mesmos reformistas que, servindo a burguesia, procurando desarmar a luta dos trabalhadores, abrem, consciente ou inconscientemente, o caminho à contra-revolução».

A manifestação partiu do Rossio, gritando as palavras de ordem: **Nem mais um só soldado para as colónias!, Regresso dos soldados, já! Independência para as colónias, já.** Os nomes do PAIGC, do MPLA, da FRELIMO e do Movimento de Independência de

São Tomé e Príncipe eram gritados ao longo do percurso, tendo-se endereçado a manifestação ao longo das Ruas do Ouro e do Arsenal, junto ao Cais do Sodré, onde se juntaram dezenas de africanos que trabalham e estudam em Portugal e quiseram juntar a sua voz à do Povo português, numa jornada de luta anti-colonialista.

A manifestação seguiu depois pelas Avenidas 24 de Julho e D. Carlos I, desembocando no Largo de S. Bento uma massa grande, massa humana, gritando as mesmas reivindicações: «Fim da guerra colonial e independência imediata e incondicional para as colónias». Usaram da palavra, nas escadarias de S. Bento representantes das seis organizações de esquerda. Todos salientaram o significado desta manifestação e condenaram o Governo Provisório pela sua política pouco clara que está a encaminhar o problema das colónias para uma situação neo-colonialista.

Em nome do PRP falou um nosso camarada dizendo: «Camaradas operários, camaradas soldados, camaradas marinheiros, falo-vos em nome do PRP e das Brigadas Revolucionárias. Ontem como hoje estamos dispostos a tudo, fazer contra a guerra colonial, guerra imperialista contra os povos das colónias e contra os interesses do proletariado português. Esta manifestação e os grandes Comícios da Voz do Operário e do Coliseu dos Recreios são para nós o início de uma larga acção de massas contra o colonialismo e contra o capitalismo. É preciso combater firmemente os reformistas que se dizem contra a guerra colonial para melhor a fazerem. Eles são os mesmos que tentam dividir e impedir os operários de conquistarem, nas fábricas e nos locais de trabalho, as suas justas reivindicações. A unidade revolucionária que se tem vindo a desenvolver nos últimos tempos é o exemplo que nos vem das fábricas em que os operários defendem em massa as suas reivindicações e conquistam importantes vitórias. Não é desmobilizando e tentando dividir a classe operária que se consegue combater as manobras de reacção e o Fascismo. Hoje, como ontem, a melhor defesa é o ataque, organizemo-nos por toda a parte para atacar a burguesia capitalista e colonialista».

Foi depois decidido, sob proposta de uma parte dos manifestantes, que se seguisse até ao Hospital Militar da Estrela, como solidariedade com o capitão Peralta, que foi preso na Guiné-Bissau e ainda se encontra preso, e para exigir a sua libertação.

Junto aos portões do Hospital Militar foi dada por terminada a manifestação, mas algumas centenas de manifestantes continuaram ainda no local para exigir a liberdade imediata do capitão Peralta. Gritando «Liberdade para Peralta» os manifestantes sentaram-se no chão impedindo toda a espécie de trânsito. Muitos manifestantes usaram da palavra. Alguns deles dirigindo-se aos soldados diziam: «As armas dos soldados não se viram contra o Povo! As armas dos soldados devem estar ao lado do Povo!»

PROVOCAÇÃO

Domingo dia 26, pelas 19.30 horas, encontrando-se os manifestantes em frente do Hospital Militar da Estrela, um carro tipo sport, de cor verde, matrícula RI-97-61 e em cuja chapa de proprietário se lia o nome Ângelo José Lopes, carregou a alta velocidade sobre a multidão, colhendo um menor de 8 anos, que foi transportado num jeep da polícia naval para uma unidade hospitalar.

Tal atitude, manifestamente provocatória, gerou viva reacção popular que só não teve mais graves consequências, graças à pronta intervenção dos militares que serenaram os ânimos e libertaram o condutor do carro atropelante dos maus lençóis a que a provocação o havia conduzido.

UMA DAS PRIMEIRAS VITIMAS DA NOVA REPRESSÃO

Um jovem de 14 anos, uma das vítimas da intervenção das forças repressivas (PSP e GNR) na manifestação da Estrela do dia 25 de Maio, declarou-nos:

«Acompanhei a manifestação anticolonial desde o Rossio até à Estrela. Junto do Hospital resolvi permanecer na manifestação por ser um protesto pela permanência do capitão Peralta na prisão e, mais tarde, por ser a 1.ª manifestação contra a Junta. Por volta das 21 horas de sábado começaram a chegar os primeiros carros da PM. Juntou-

se a estes uma coluna de carros do exército. As 17 horas e 40 minutos do dia seguinte chegaram carros de água, polícia de choque e G.N.R. a cavalo com sabres e espingardas. Os carros da água começaram a funcionar na tentativa de dispersar os manifestantes. Dirigia-me eu a um dos carros da água quando um P.S.P. me bateu com o bastão na cabeça. Voltei-me para ele com a intenção de lhe bater mas não o cheguei a fazer porque dois outros P.S.P. atacaram-me batendo-me nas costas e na cabeça. Desmaiei mas, segundo

me disseram mais tarde, continuaram a espancar-me mesmo depois de desmaiar. Perante isto um caboverdeano agarrou um dos P.S.P. e atirou-o ao chão. Além das «bastonadas» e da água houve alguns tiros da G.N.R. e gás lacrimogénico.»

— Disseste que havia uma coluna de carros do exército e carros da P.M. Qual foi a atitude que tomaram?

..:— «Todo o tempo que lá estive os soldados deram o seu apoio aos manifestantes. A repressão foi feita só pela P.S.P. e G.N.R.»

«No entanto, quando a manifestação chegou à Estrela, houve, a princípio, um certo acidente entre os manifestantes e os soldados (chegando mesmo alguns a engatilhar a espingarda). Este clima que se criou desapareceu pouco tempo depois.

«Pensó que a atitude que as forças repressivas tomaram nesta manifestação, desmascara várias coisas: continua a haver polícia de choque (ao contrário da notícia do seu desaparecimento), continua a haver censura (a Rádio Renascença e o Rádio Clube Português foram impedidos de fazer a reportagem da Estrela). Acho importante referir também que fui à Televisão propôr a transmissão duma entrevista em que eu contasse o que se tinha passado e o major que lá está disse que não era possível, que isso não podia 'passar'».



A VIOLÊNCIA NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

As acções armadas realizadas pelas Brigadas Revolucionárias antes do 25 de Abril tinham um fim político. Elas inseriam-se num processo revolucionário que visava a tomada do poder pelo proletariado, o socialismo, na certeza de que tal não é materialmente realizável sem um confronto de forças, sem que a inevitável violência reaccionária se oponha a violência revolucionária.

Tais acções não podiam, por si só, derrubar o capitalismo, e isso sabiam-no as Brigadas desde o início. Mas podiam e puderam desbloquear o impasse a que o reformismo tinha conduzido o processo revolucionário, ao darem o exemplo de como era possível lutar, ao demonstrarem que o próprio aparelho de Estado era atingível, ao facilitarem o trabalho antireformista a outros níveis.

A tomada do poder pelo proletariado implicava que, entretanto, a violência não ficasse restringida a uma organização; mas deveria, através duma estreita coordenação com os outros sectores de luta — especialmente o operário — dar lugar e transformar-se em violência de massas organizada. Foi então necessário ultrapassar os níveis de coordenação até então existentes quer tornando essa coordenação mais eficiente, quer garantindo a todas as lutas uma direcção ideológica revolucionária.

Assim estiveram presentes as BR no processo de criação do PRP. Assim iriam continuar as BR nesse processo que já antes do 25 de Abril começava a realizar passos concretos para a violência de massas.

É certo que depois do 25 de Abril muitas das condições de

luta se alterariam. Mas do anterior regime ficaria o fundamental: continuamos em capitalismo, continuamos em ditadura da burguesia agora exercida sob a forma de democracia burguesa. E é porque continuamos em capitalismo que a Revolução Socialista continua na ordem do dia. E é porque o actual regime capitalista continua defendido por aparelhos militares e paramilitares que a tomada do poder não pode deixar de ser violenta.

O projecto político que visava transformar a luta armada em violência de massas continua, portanto, de pé. Essa transformação será hoje apenas tacticamente diferente.

Não tenhamos dúvidas de que vai ser a própria reacção quem se encarregará de demonstrar à classe operária a necessidade desta opôr a sua violência à violência da burguesia.

Existem hoje, por consequente, óptimas condições para uma conjugação estreita e fecunda de todos os sectores de luta, e é nesse contexto que as BR se colocam, se voltam para a classe operária nela imergindo, se apressam para que rapidamente se dê um salto qualitativo sem o que o socialismo é pura ficção.

Pode ter a reacção a certeza de que, ontem como hoje, em fascismo ou em democracia burguesa, a luta não pára. A violência de massas já começou e vai continuar como resposta à violência reaccionária. A violência é a consequência inevitável da luta entre classes de interesses diametralmente opostos. Essa luta é hoje uma luta de vida ou de morte, e só o fim da sociedade de classes possibilitará o fim dessa violência.

TRABALHADORES EM GREVE

retomaram o trabalho com um aumento provisório de 1500 escudos para todo o pessoal.

Sociedade Estoril — Ao meio-dia do dia 15 a venda de bilhetes da linha do Estoril e as cobranças nos comboios deixaram de se efectuar por determinação dos trabalhadores, cujas reivindicações não foram aceites pelo conselho de administração. Exigiam entre outras: a demissão do director-geral, que foi aceite; a situação normalizou-se a partir das 5 h, e 0 m, do dia 18.

J. J. Gonçalves — Cerca de 1800 trabalhadores de Lisboa, Porto Santarém e Évora entraram em greve no dia 15 à tarde, altura em que expirou o prazo concedido à Administração para satisfação das reivindicações. Exigiam principalmente: salário mínimo de 6000 escudos; aumento mínimo de 1500 escudos para todo o pessoal; 1 mês de férias e respectivo subsídio; salário igual para trabalho igual; proibição dos despedimentos sem justa causa; e afastamento das pessoas que tenham exercido uma acção repressiva sobre os trabalhadores. Os trabalhadores retomaram o trabalho no dia 1. Todas as reivindicações foram satisfeitas.

Fábrica Nacional de Margarinas — Às 0 horas do dia 15 os trabalhadores desta empresa entraram em greve.

Refinaria da Sacor — Os operários de algumas empresas que trabalham na ampliação das instalações da Refinaria no Porto entraram em greve no dia 16.

Empresa Fabril do Norte — Reivindicando aumento salarial e protestando contra a Administração, mais de 900 trabalhadores de todos

os sectores da empresa entraram em greve no dia 16.

Serviços Municipalizados do Barreiro — Cerca de 100 trabalhadores entraram em greve no dia 17 e suspenderam as carreiras urbanas. Entre as principais reivindicações contam-se: salário mínimo igual ao concedido pelas empresas Belos e Carris; 13 e 14 meses; subsídio de Páscoa; 40 horas semanais; 30 dias de férias anuais; e direito a aposentação.

Luso-Belga — Os trabalhadores desta empresa entraram em greve no dia 17 com ocupação dos locais de trabalho, porque a administração não satisfiz as reivindicações.

Toyota-Transmotor de Lisboa — Nesta firma pertencente ao grupo Salvador Caetano S.A.R.L., os trabalhadores entraram em greve às 9 horas do dia 15 porque a administração não satisfiz as suas reivindicações. No dia 24 continuavam em greve.

C. G. Wincander — Corticeiros do Seixal — Cerca de 340 operários fizeram greve a partir das 18 h, do dia 15 por terem sido rejeitadas as suas reivindicações, entre elas um aumento de salários de 1500 esc. Regressaram ao trabalho no dia 17, depois de todas as reivindicações terem sido satisfeitas.

Electricidade Naval e Industrial — Os trabalhadores desta empresa apresentaram um caderno de reivindicações à administração, as quais não foram satisfeitas. Os trabalhadores, cerca de 300, decidiram entrar em greve a partir das 12 h, do dia 16.

Confecções Melka — Os trabalhadores apresentaram um caderno de reivindicações. Entretanto e por não

ter surgido resposta, todos os trabalhadores da fábrica se encontravam em greve a 16 de maio. As principais reivindicações são: 40 horas de trabalho semanal, subsídio de férias, pagamento de horas extraordinárias. 13.º mês salários entre 5000 e 6500 esc. No dia 24 continuava a greve.

Unicervi Comércio e Representações — Os trabalhadores de todas as secções da firma, distribuidora no distrito de Setúbal, dos produtos da Sociedade Nacional de Cervejas, encontravam-se em greve com ocupação das instalações em S. Julião, Palmela e Grândola desde as 8 horas do dia 15; as reivindicações dos trabalhadores haviam sido apresentadas à gerência no dia 11.

Famental — Os operários fabris entraram em greve tendo a administração declarado que encerrava a fábrica por falta de fundos. Então os operários resolveram ocupar a fábrica a partir de 16.

Pão-de-Açúcar — No dia 22 às 13 horas fecharam dezanove estabelecimentos desta cadeia de supermercados. No dia 23 algumas das reivindicações dos trabalhadores eram satisfeitas.

Entrepósito Industrial de Automóveis S.A.R.L. — Entraram em greve com ocupação os trabalhadores desta empresa, em face da resposta negativa que foi dada pela administração da empresa às suas reivindicações.

Fineisa-Fibras Sintéticas S.A.R.L. — Os trabalhadores desta empresa entraram em greve ao meio-dia do dia 20, depois de ter expirado o prazo concedido à entidade patronal para satisfazer as suas reivindicações, que se resumiam a um aumento de salários de 2000 esc. mensais. Cerca das 19 e 30 horas foi retomado o trabalho em virtude da satisfação das suas reivindicações.

Inova — Editora — Uma centena de trabalhadores desta empresa entrou em greve com ocupação das instalações desde as 8 horas do dia 20. Principais reivindicações: aumento de salários, subsídio de férias com pagamento integral e incondicional do sétimo dia, 13.º mês.

Estaleiros Navais (Viana do Castelo) — Os operários entraram em greve no dia 24 reivindicando, entre outras coisas, o salário mínimo de 5000 escudos. A greve terminou no dia 29 tendo sido aceite esta reivindicação.

Metropolitano de Lisboa — Entraram em greve no dia 24 os trabalhadores das oficinas e do movimento desta empresa, reivindicando: 40 horas de trabalho semanais, 6500 escudos de salário mínimo, saneamento da empresa, menor diferença de vencimentos entre as diversas categorias hierárquicas da empresa.

Círculo de Leitores — Os trabalhadores entraram em greve no dia 21, com ocupação e exigem 6000 de salário mínimo.

Fidelidade — Companhia de Seguros — Realizou-se uma greve no dia 22. O regresso ao trabalho foi devido ao facto de ter pedido a demissão um dos elementos que os trabalhadores pretendiam afastar. Entretanto, continua a ser impedida a entrada nas instalações dos outros elementos cuja expulsão se pretende.

Grupo Eimco-C. Santos — Os trabalhadores desta empresa resolveram trabalhar somente 3 horas por dia. Esta acção foi apoiada a nível geral do Grupo com incidência nas filiais de C. Santos e A. M. Almeida no Algarve e nas cidades de Coimbra, Braga e Porto.

Mafalda (Atalaia, Montijo) — Os trabalhadores decidiram fazer uma greve de zelo no dia 24 e manter piquetes na fábrica para evitar que a entidade patronal — americanos — encerre as instalações.

Naturama — Os operários desta fábrica (alemã) entraram em greve porque o patrão tentou despedir uma delegada eleita pelos trabalhadores, exigindo aumento de 1500 escudos mensais (até aqui ganhavam 60 escudos diários) e melhores condições de trabalho.

I.T.T. Semi-condutores — S. Gabriel (Cascais) — Os trabalhadores desta empresa entraram em greve no dia 21 com ocupação dos locais de trabalho, por a administração não ter aceite as suas reivindicações, que eram, entre outras, um mês de férias, com subsídio de 100% e 15 dias de vencimento como subsídio de Páscoa.

Soponata — Os trabalhadores desta empresa, proprietária dos únicos navios — tanques que transportam petróleo para Portugal, entraram em greve às 12 horas do dia 23. Já no dia 8 os trabalhadores tinham apresentado as reivindicações: 6000 esc. de salário

mínimo, 40 horas de trabalho semanal, saneamento da empresa em relação aos indivíduos ligados ao regime fascista.

Amadora — As escolas do ensino secundário desta cidade, decidiram apoiar os colegas do País decretando greve no dia 27.

Ponte sobre o Tejo — Às 0 horas do dia 28 os trabalhadores da Ponte deixaram de cobrar portagem, mantendo-se a quase totalidade dos cobradores no local de trabalho. Principais reivindicações: melhorias de salários e de condições de trabalho e afastamento do chefe da Contabilidade. As reivindicações foram satisfeitas.

Panificação — No dia 27 os padeiros da região de Lisboa entraram em greve com ocupação dos locais de trabalho. Principais reivindicações: 42 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores da panificação; trabalho nocturno pago a mais 25%; 26 dias de férias pagas com subsídio a 100%; salário mínimo de 6000 esc. A greve terminou no dia 29 à tarde, tendo sido satisfeitas algumas das reivindicações.

C.T.T. — Os trabalhadores da estação central dos Correios de Lisboa entraram em greve no dia 27. Principais reivindicações: 6500 esc. de salário mínimo; congelamento de salários superiores a 15000 esc. A greve terminou às 18 horas do dia 28, decidindo que se as suas reivindicações não forem satisfeitas até ao dia 31 entrarão novamente em greve.

Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco — Não tendo a administração satisfeito na totalidade as reivindicações dos trabalhadores estes entraram em greve de zelo, exigindo 45 horas de trabalho semanal, 100% de subsídio de férias, pagamento do 7.º dia e 13.º mês.

A Crediverbo, Arcádia e Credepe entraram também em greve.

Pescadores da Nazaré (botes) — No dia 29 às 19 horas foram satisfeitas as reivindicações apresentadas pelos pescadores. Assim, terminou a greve iniciada no dia 12.

Entretabo, continua a greve dos pescadores das traineiras.

Shering e Lusal — Os trabalhadores entraram em greve de zelo no dia 28 devido ao facto de não terem sido satisfeitas as suas reivindicações.

Produtos Sandoz Lda. — No dia 20 continuava a greve com ocupação desta empresa por a administração se ter recusado ao diálogo. Entretanto, a greve estendeu-se à Wander em Cabo Ruivo, unidade pertencente ao mesmo grupo.

Bayer — No dia 14 entram em greve os trabalhadores desta empresa, exigindo um aumento de 2500 esc.

Laboratórios Pfizer — Os trabalhadores entraram em greve no dia 13 às 10 horas, exigindo entre outras reivindicações, aumento de salários.

Beecham - Bencard - Group Inglesa — Os trabalhadores desta empresa iniciaram no dia 17 uma greve com ocupação das instalações até que sejam integralmente satisfeitas as suas reivindicações. Entretanto os trabalhadores asseguram o abastecimento de produtos de urgência acautelando, assim, os interesses inerentes à saúde pública.

Ciba-Geigy Portuguesa, Lda. — Pelo facto de a administração não ter aceite as reivindicações, os trabalhadores decidiram entrar em greve com ocupação, 177 empregados de Lisboa e 200 do Porto completaram no dia 23 o nono dia de greve. Principais reivindicações: 6000 escudos de salário mínimo; 1 mês de férias e participação na admissão e promoção de empregados.

Robapharm — Os trabalhadores desta firma suíça de medicamentos entraram em greve no dia 17.

Lisnave — 8400 operários entraram em greve com ocupação a partir das 14 horas do dia 13 nos estaleiros da Margueira e da Rocha do Conde de Óbidos. Principais reivindicações: 7800 escudos de salário mínimo e 40 horas de trabalho semanal.

No dia 23 acaba a greve depois de uma decisão através de votação secreta dos trabalhadores da empresa que deste modo acederam à segunda contraproposta patronal — votaram 6664 trabalhadores, isto é, 82,1%, tendo declarado aceitar a contraproposta 77,2% dos votantes.

Renault (Lisboa) — Os trabalhadores da I.R.L. — Sicar decidiram entrar em greve no dia 22 durante uma hora por dia até que a Administração cedesse a entrar em negociações.

No dia 23 a greve foi estendida a todos os sectores da empresa: Lisboa e Guarda.

Lanifícios — Cerca de 6000 trabalhadores dos Lanifícios da Covilhã,

Tortozendo e Unhais da Serra decidiram iniciar no dia 12 uma greve a fim de reivindicarem um aumento geral de vencimentos de 1000 escudos mensais.

Também no Porto se registaram greves nas fábricas de lanifícios.

Em Castanheira de Pera a quase totalidade dos operários desta indústria aprovaram por unanimidade a declaração de greve até satisfação das suas reivindicações.

O Sindicato da Indústria de Lanifícios do distrito de Castelo Branco decretou que no dia 14 a partir das 15 horas, 20 000 operários da Indústria têxtil entrariam em greve.

Solidários com os trabalhadores dos Lanifícios da Covilhã e dando pleno apoio às reivindicações do Sindicato de Lanifícios, os operários da região fabril de Cebolais de Cima, iniciaram uma greve de braços caídos.

Na fábrica de *Malhas Simões* de Lisboa entraram em greve no dia 14 por a Administração não ter satisfeito as suas reivindicações. No dia 30 continuava a greve.

Os trabalhadores da *Fábrica de Lanifícios de Portalegre* aderiram à greve.

Os trabalhadores da *Fábrica de Lanifícios de Mira d'Aire* regressaram ao trabalho no dia 28 depois de duas semanas de greve, tendo os 1000 operários obtido um aumento de salário de 1000 escudos.

Os trabalhadores da *Fábrica Têxtil Avelar* entraram no dia 23 na segunda semana de greve.

Minas da Panasqueira — Cerca de 1600 mineiros, entre eles cerca de 400 cabo-verdianos, entraram em greve às 7 hras da manhã do dia 13, reivindicando: 6000 escudos de salário mínimo, 13 mês, assistência médica gratuita e em melhores condições, saneamento dos indivíduos ligados ao regime fascista e um mês de férias. A greve terminou no dia 20 com satisfação de todas as reivindicações.

Mina do Lousal — Todos os trabalhadores entraram em greve no dia 28 exigindo a demissão do Director da empresa.

Carris — Os trabalhadores desta empresa num total de 5176 entraram em greve no dia 26, exigindo 5500 escudos de salário mínimo, 44 horas de trabalho semanal, etc. Regressaram ao trabalho às 5 h, e 30 m, do dia 30, tendo sido satisfeitas algumas das reivindicações.

Electrolux — Após dois dias de greve o pessoal desta empresa regressou ao trabalho no dia 29 acusando a direcção de ser responsável pelo impasse nas negociações sobre as reivindicações dos trabalhadores.

Apartir do dia 25 de Abril assistimos ao maior movimento grevista do nosso país. A greve generalizou-se a todos os sectores, a todas as regiões do país. A luta foi, de uma maneira geral, conduzida pelas assembleias dos trabalhadores, com uma grande firmeza e unidade. As reivindicações foram também estabelecidas por todos, o que não deixou o patronato e aos seus agentes refos, as possibilidades de manobra.

A luta vai continuar porque muitos trabalhadores ainda não viram satisfeitas as suas reivindicações. O que será mais um desmentido aos insultos e calúnias de todos os inimigos dos trabalhadores que afirmam que o proletariado faz «a greve pela greve».

LÊ, ASSINA E DIVULGA REVOLUÇÃO



UMA ASSEMBLEIA ENTREVISTA O PRP

RESPOSTAS A ALGUMAS PERGUNTAS DIRIGIDAS AO PRP NO COMÍCIO DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA NA "VOZ DO OPERÁRIO"

Pergunta: *Peço um esclarecimento em termos simples e claros acerca do que significa e como funciona a ditadura do proletariado, com referência específica ao papel do Partido e do Proletariado.*

— O que é na prática, a ditadura do proletariado?

PRP — O facto da sociedade estar dividida em classes, cujos interesses são antagónicos e irreconciliáveis, implica que qualquer regime seja um regime de ditadura. É através dessa ditadura, assumida ela-ós aspectos que assumir, que a classe ou classes no Poder subordinam as restantes aos seus interesses.

Na sociedade socialista é o proletariado que, tomando o poder, exerce a sua ditadura sobre a burguesia. A ditadura do proletariado é justa por duas razões:

1.º — Porque cria as condições para acabar com as classes de interesses antagónicos, altura em que a ditadura não é mais necessária. É a sociedade comunista;

2.º — Porque, ao contrário de todas as ditaduras da burguesia, é uma ditadura exercida pela maioria sobre uma minoria.

A ditadura do proletariado é, de facto, aquilo que até hoje nunca aconteceu. Isto é, não será a ditadura dum Partido que substitui a classe, será a ditadura da própria classe.

Claro que, havendo necessidade de uma organização, se poderá perguntar se esta não resultará num Partido. A resposta é simples: Não! E não porque essa organização será estreitamente controlada pela classe. Como criar essa organização? Da mesma maneira que foram criados os soviets.

E com os soviets (comissões operárias) organizadas entre si, a ditadura do proletariado será a aplicação da justa fórmula de Lênine: **TODO O PODER AOS SOVIETS.**

E, nas condições actuais, com o proletariado organizado em soviets, o Partido depressa deixará de ter razão de existência.

P.: *Qual a posição do PRP face à reconstrução do partido do proletariado? Considera-se o PRP esse partido ou pretende contribuir para a sua formação? De que modo, como?*

PRP — O PRP é um partido de quadros. Como tal tem as responsabilidades inerentes a uma vanguarda.

No entanto, e numa sociedade tão proletarizada como o é já hoje a sociedade portuguesa, a questão da condução do processo revolucionário não deve ser monopólio do partido. Esse processo de ser conduzido pela organização da classe — as comissões operárias (ou soviets) organizadas entre si. Assim, o problema não está em se atingir o partido do proletariado, mas sim o de contribuir para a formação e organização da classe.

Entretanto, o PRP trabalha nesse sentido procurando mobilizar a classe organizando-a em comissões operárias. É este o caminho, e é neste sentido que se deverão fazer esforços unitários. Tal política concretiza-se des-

de há já algum tempo através da realização de assembleias nas empresas que, elegendo comissões representativas estão, por esse modo, a contribuir para a formação de comissões operárias. Estas comissões, organizadas entre si e a nível nacional constituirão, em definitivo, a organização da classe.

O papel de um Partido é, neste momento, o de contribuir através dos seus militantes para a formação de tais assembleias e comissões, ao mesmo tempo que perspectiva ideologicamente as lutas.

P.: *Qual a posição de cada uma das organizações aqui presentes face ao revisionismo e ao seu representante em Portugal, o PCP? Como é que o combate ao revisionismo se deve processar?*

PRP — A progressiva perda de influência do PCP no proletariado, o que se vem acentuando nos últimos anos, é um inequívoco indício do pouco peso que os conceitos revisionistas têm na classe. De qualquer modo, são evidentes os malefícios que tal política traz para a luta de libertação do proletariado.

Por essa razão o revisionismo deve ser desmascarado, o que será feito através:

1.º — Duma defesa intransigente dos verdadeiros interesses da classe a nível de empresa, mobilizando a classe, de acordo com tácticas justas, pela conquista de objectivos antireformistas e anti-eleitoralistas.

2.º — Organizando as lutas em moldes anticapitalistas, recorrendo às assembleias de operários, às comissões por eles eleitas nas assembleias e ao controle estreito da actividade das comissões pelas assembleias.

3.º — Lutando contra o apolitismo das lutas nas empresas e da organização nascida nas assembleias através das respectivas comissões.

4.º — Cimentando e perspectivando os pontos anteriores, fazendo acompanhar essas batalhas por um debate ideológico que ponha a nú os interesses de classe que estão por detrás do revisionismo e do reformismo.

Finalmente, é necessário ter em conta que o PCP não é a única organização revisionista. Desde sempre o revisionismo e até o reformismo também aparecem, por exemplo, sob a forma de esquerdismo.

P.: *O PRP abandonou as tendências autonomistas (descentralização) que o jornal «Frente» defendia? Que formas de organização pensam ser adequadas à classe operária? A organização leninista ou uma organização menchevique descentralizada?*

PRP — Em primeiro lugar é necessário esclarecer que o dito jornal era da iniciativa e responsabilidade de militantes radicados num país estrangeiro e que foram expulsos do processo imediatamente antes da criação do PRP. Por outro lado, nunca tal jornal foi posto a circular em Portugal pelas mãos dos militantes do Partido.

O PRP nunca defendeu ideias

autonomistas. Nunca defendeu, bem pelo contrário, a autogestão. Sempre o PRP se pronunciou pela necessidade de organização do proletariado, sem o que nem a tomada do poder nem a ditadura do proletariado seriam possíveis. Obviamente, a centralização torna-se necessária.

Só que a organização do proletariado, e bem assim a centralização, não poderão ser a cópia das soluções criadas por Lênine de acordo com uma situação bem diferente da nossa. Ser leninista não é copiar o que Lênine fez, é fazer o que ele faria se trabalhasse hoje em Portugal.

Assim, a organização do proletariado deverá ser menos centralizada do que então, de acordo com a força, a capacidade e a experiência que hoje o proletariado tem e que não tinha na Rússia camponesa de há mais de meio século.

P.: *Para a tomada do Poder pelo proletariado basta a violência de massas ou será necessário também a formação de novas brigadas saídas das comissões operárias? Portanto, formar o exército do proletariado.*

PRP — A violência de massas, ao contrário do que os reformistas pretendem, não deve ser uma violência exercida sob o controle apertado de um Partido; tão-pouco será uma violência anárquica.

A violência de massas só será uma verdadeira violência política de classe quando organizada pela própria classe. Será a classe, organizada em comissões de operários, que a exercerá.

Naturalmente que será necessário um exército revolucionário. Mas esse exército só será verdadeiramente revolucionário quando nascer da violência de massas, quando for uma emanção da classe organizada. E será, com certeza, um exército que estará dentro da classe e que nunca, nem mesmo depois de tomar o Poder, será exterior a ela.

As Brigadas Revolucionárias, como elas próprias declararam, visavam exactamente esse exército procurando a conjugação da sua acção com a luta travada dentro da classe. Procuravam estar num processo em que elas próprias seriam ultrapassadas, em que não teriam mais razão de ser tal como eram.

Entretanto, a alteração da situação política após o 25 de Abril não pode servir de pretexto para que a vanguarda revolucionária se demita das suas responsabilidades. É assim que a vanguarda deve ter em atenção a evolução da situação e precaver-se para todas as eventualidades e manobras da reacção.

Perguntas várias:

— Que papel desempenharam os monopólios no desencadear do 25 de Abril?

— Os Reformistas dizem que não se deve exigir os 6000\$00 de salário mínimo, pois vai favorecer os monopólios. Que palavra de ordem se impõe? A nacionalização dos monopólios?

— O PRP tem qualquer plano para «controlar» as acções sindicais? Em caso afirmativo gostaria que me prestásseis algumas informações sobre como, pensa o PRP ser a política correcta para atingirmos aquele fim.

— Qual a interpretação a dar à «atitude generosa» de certas empresas em dar ordenados sem lhos exigirem ou maiores que estes?

— Álvaro Cunhal e o PC dizem que fazer reivindicações «exageradas» é fazer o jogo da reacção. Pergunta-se:

1.º — Há reivindicações exageradas?

2.º — Serão essas reivindicações proípcias e favoráveis ao jogo da reacção? Conduzirão elas a um «Chile»?

— Como encara a actual dinâmica da luta dos operários e trabalhadores dos seguintes pontos de vista:

— Capacidade de enquadramento e travagem dessas lutas pelas organizações reformistas e revisionistas (PCP, PS, CDE);

— Do extravazamento desse enquadramento pela combinação da radicalização da luta proletária com a implantação de correntes revolucionárias na classe operária, e do abrir, a médio prazo (e no quadro de fundo da crise económica generalizada do capitalismo mundial) de uma situação pré-revolucionária em Portugal, na qual se defina uma situação de dualidade de Poder.

— Na Sociedade Portuguesa CAVAN não querem dar os 6000\$00; 40 horas; 1 mês de férias com subsídio. Eles têm sete fábricas só em Portugal. São belgas, os patrões. Devemos ou não fazer a greve?

— Relativamente à afirmação das massas trabalhadoras deverem reivindicar um salário mínimo de 6000\$00 por mês porque «necessitam mesmo de um salário desse montante» ocorre-me perguntar o seguinte:

— O produto nacional produzido durante o ano permitirá o pagamento de tal salário médio? Seria possível neste momento mesmo na hipótese de uma distribuição integral da mais-valia pelos trabalhadores, pagar um salário médio «per capita» de 6.000\$00 por mês?

PRP — Não tem que ser a classe operária a decidir se o capital tem ou não possibilidades de pagar um determinado salário. A classe operária não está no Poder, não está a gerir os interesses do País e muito menos está a gerir os interesses do capitalismo.

O que lhe interessa é demonstrar qual o salário mínimo com que pode viver, dado o actual custo de vida.

Isto vai condicionar a luta pela Revolução Socialista, dentro da medida em que se demonstra na prática a crise económica existente, com ou sem Governo Provisório, apontando a única solução — a Revolução Socialista.

Pois que se a crise de produção do País, causada sobretudo pela dependência do estrangeiro e pela guerra colonial, é grave

e difícil de solucionar, se-lo-á sempre tanto mais quanto os benefícios continuam a ir para meia dúzia de famílias.

Se o produto nacional produzido não permite um salário mínimo de 6000\$00, nada demonstra que mesmo no actual estado de coisas, os salários seriam bem maiores se não existissem capitalistas e portanto lucros individuais.

Por outro lado, se é certo que os monopólios podem pagar salários elevados e as pequenas empresas não o podem fazer, perguntamos se os operários têm que andar a fazer sacrifícios pelas pequenas empresas? Ou em que é que melhora a sua condição serem explorados por pequenas ou grandes empresas?

O dinheiro não tem cor, e para um operário tanto faz que um pequeno salário venha de um pequeno, de um médio, ou de um grande burguês. O argumento de que os monopólios procuram esmagar as pequenas empresas satisfazendo os pedidos de salário, só interessa aos Partidos que se constituem para defender os interesses das pequenas empresas, da pequena burguesia, tendo-se desligado definitivamente da classe operária.

A pequena burguesia como classe tende aliás a desaparecer, pela evolução da economia. O supermercado ou é dos monopólios, ou é de cooperativas ou é do Estado (numa Economia Socialista), o que não vamos é substituí-lo pelas pequenas lojas, à maneira antiga. A pequena burguesia, cujos rendimentos são aliás idênticos aos do proletariado, terá que se juntar a este na luta pelo socialismo. Cabe aos revolucionários combater a ideologia pequeno burguesa, defensora da propriedade privada, e não protegê-la ou alimentá-la como fazem os reformistas.

A economia tende a ser monopolista dado o modo de produção capitalista na sua fase suprema, o Imperialismo. A este modo de produção só se pode opôr o modo de produção socialista, igualmente centralizado e concentrado, mas no benefício de todos (e gerido por todos) e não de alguns.

Os operários organizando-se em assembleias e comissões, fazendo reivindicações e transformando este movimento num movimento político de luta contra o Capitalismo, estão desde já a lutar pelo Socialismo, construindo na prática a organização que toma o Poder.

Os sindicatos que servem de intermediários entre as massas e os patrões negociando aumentos de salários e concessões, podem transformar-se numa máquina burocrática, distante das massas, puramente reivindicativa e não política, substituindo-se à organização política de classe. Damos portanto prioridade à organização saída do proletariado, que pode começar por ser apenas reivindicativa, mas que rapidamente se torna política.

Não é de desprezar, no entanto, o trabalho nos sindicatos, lutando exactamente pela politização das lutas sindicais,

DESERTORES E REFRACTÁRIOS
PERANTE O MOVIMENTO ACTUAL

QUAL A SOLUÇÃO
PARA O PROBLEMA COLONIAL?
L. CABRAL, A. NETO E S. MACHEL
PRONUNCIAM-SE

As lutas de libertação nas colónias portuguesas inscrevem-se no fenómeno mundial da luta dos povos colonizados pela sua independência nacional. Os governos fascistas portugueses e a grande burguesia capitalista e colonialista instalada no poder acreditaram, durante algum tempo, que era possível ganhar estas guerras e que não teriam necessidade de recorrer à solução neo-colonialista. Enganaram-se e quando deram pelo engano já era tarde. Assim, o problema de acabar com as guerras e continuar a exploração colonialista surgiu a muitos sectores da burguesia capitalista como a preocupação central da sua política. Deu-se uma divisão no seio da burguesia instalada no poder e também no seio das Forças Armadas em duas correntes: — uma corrente imobilista que continuava a acreditar que era possível ganhar as guerras; e uma outra consciente da impossibilidade de ganhar as guerras e disposta a procurar outras vias que lhe permitissem continuar a exploração das colónias.

O exigir que os movimentos de libertação nacional «deponham as armas» e se constituam em partidos políticos dentro da «legalidade» é uma mistificação do problema colonial. Mistificação do problema que não só poderá fazer prolongar a guerra colonial como tornar reversível a democracia da sociedade portuguesa. De nada serve encontrar explicações mais ou menos habilitadas para justificar a continuação da guerra como «os interesses dos brancos que é necessário defender» (já Marcelo Caetano invocava tal argumento) ou como o projecto irrealizável de uma federação (que nada mais é do que querer manter os interesses coloniais dos imperialistas portugueses e estrangeiros, mascarando-os com os dos trabalhadores brancos).

Negamos o direito a que se faça um referendo à população portuguesa para decidir sobre a independência das colónias. A população portuguesa nada tem que decidir sobre outros povos. Apregoados referendos levados a cabo nas próprias colónias para decidir a sua independência são também uma mistificação, pois ganhariam os partidos ou grupos organizados e preparados para o jogo eleitoral, a que são alheias as populações africanas. É através da sua heróica luta de libertação que os povos de Angola, Guiné e Moçambique provam que estão preparados para assegurar a sua independência total e completa. Se o povo português entrar

imediatamente em negociações com os movimentos de libertação com vista à independência das colónias, não só os perigos duma suposta «independência» dos colonialistas brancos serão eliminados como será garantia aos trabalhadores brancos a possibilidade de ali permanecerem e participarem na construção desses novos Estados. Como é lógico são os próprios interesses dos povos das colónias que o exigem como várias vezes o têm afirmado os movimentos de libertação das colónias. Continuar a guerra colonial com este ou aquele pretexto é uma perigosa aventura que poderá ter enormes consequências.

A única forma de garantir a independência dos povos coloniais não é desarmar esses povos. É antes dar-lhes total liberdade e colocar as forças do exército sob o controle das Forças Armadas dos MPLA, PAIGC e FRELIMO, para fazer frente aos colonialistas e aos seus apoios externos — os governos racistas da África do Sul e da Rodésia que por certo tentarão intervir.

O silêncio que se tem feito sobre o apelo da direcção do PAIGC aos democratas e revolucionários portugueses para que denunciem perante o povo português que a partir do dia 25 de Abril o exército colonialista tem intensificado a guerra na Guiné nomeadamente bombardeando intensamente as regiões libertadas, é significativo do abandono na prática dos princípios internacionalistas e anti-colonialistas que algumas formações políticas diziam defender. Significativo ainda de como, para participar no Governo Provisório, estão dispostos a perigosas concepções e a espezinhar princípios elementares.

O PRP bateu-se e bater-se-á na prática pelo fim da guerra colonial e pela imediata independência dos povos das colónias portuguesas. São estes os interesses dos povos das colónias e do proletariado português. Na liberdade e na independência estabeleceremos os laços de fraternidade e de cooperação entre os respectivos povos, apagando séculos de exploração colonial.

Declaração de Luís Cabral (Presidente da Guiné-Bissau) aos microfones de Rádio Libertação do PAIGC:

«Se as propostas do Governo Português não respeitam as conquistas do nosso povo, tanto no terreno como no plano internacional, se o novo Governo de Por-

ugal não compreendeu o momento histórico que vivemos para assumir as suas responsabilidades perante o nosso povo e perante a História, então, nesse caso, estamos prontos a continuar o nosso combate com mais determinação, com mais coragem, porque já fizemos muito e estamos certos de chegar ao fim itoriosamente.»

«Na medida em que a proclamação do nosso Estado soberano de Guiné-Bissau é uma realidade, e que o Governo Português não pode negar a situação nova criada, que foi reconhecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, Portugal passou de potência colonial à situação de agressor contra o nosso Estado soberano, reconhecido por mais de 80 países no mundo. Assim, o Governo Português deve aceitar esta realidade.»

Declaração de Agostinho Neto Presidente do MPLA

«Pedimos a Portugal que ponha termo pura e simplesmente à dominação do nosso país. O referendo não passará dum meio utilizado pelos portugueses para prolongarem a sua presença no nosso país.»

«O M.P.L.A. é a organização que representa dignamente os interesses do povo angolano e a luta por uma independência real e completa.»

«Se os portugueses decidirem unilateralmente suspender os combates, não se põe a nós a questão de o fazer, pois as razões que estão na origem do desencadeamento da luta continuam a existir.»

Neto sublinhou que um êxito das negociações em curso em Londres entre os representantes do P.A.I.G.C. e do Governo Português constituiria para o M.P.L.A. «um bom precedente» mas não influenciará a decisão do Movimento quanto a sentar-se à mesa das negociações.

«Os problemas são diferentes» afirmou. «Estamos prontos a negociar a transferência do poder e o êxito das conversações de Londres, não é, para nós, uma condição para a abertura das negociações.»

Samora Machel Presidente da FRELIMO

«A independência para Moçambique não é negociável. O que pode realmente ser negociado são os meios para a independência.»

Desde o início dos anos 60 que um grande caudal de jovens portugueses tem abandonado o país em direcção aos mais diversos países da Europa, América e Ásia. Jovens que se recusaram a embarcar para as colónias onde decorre uma guerra de extremo das populações africanas ou que, muito simplesmente, recusaram incorporar-se nas Forças Armadas. E, assim, impossibilitados de livremente viverem no seu país.

Só na Europa Ocidental há cerca de 100 000 desertores e refractários sendo a França o país onde se regista a maior concentração: 80 000. E, o número total de desertores e refractários ultrapassa os 150 mil.

A partir do 25 de Abril, com a dita amnistia decretada pela Junta de Salvação Nacional, abriram-se novas perspectivas aos desertores e refractários no que respeita ao seu regresso ao país.

O exército português, tal como no reinado do fascismo, continua a ser um exército colonialista e de defesa dos interesses do grande capital, porque o exército é o sustentáculo do Estado e, neste caso, de um Estado burguês, representante e defensor dos interesses do grande capital. Por isso não tenhamos ilusões sobre a tão apregoada «aliança entre o povo e as Forças Armadas». Dentro das próprias forças armadas também há luta de classes. Os soldados são operários e camponeses que num determinado momento se vêem forçosamente fardados e armados; a maioria dos oficiais-milicianos são originários da pequena e média burguesia, não querendo isto dizer que não haja entre estes alguns elementos verdadeiramente progressistas que abraçam e defendem a causa do proletariado; e os quadros do exército (a minoria) são, os verdadeiros representantes e defensores dos interesses do capital monopolista.

Apesar de todas as declarações dos nossos novos governantes no sentido de pôr termo à guerra colonial (intervenção armada), não quer dizer que desejem o fim do colonialismo português em África. Bem pelo contrário, procuram todos os meios para a sua perpetuação. Pode terminar a intervenção armada das forças do colonialismo e do imperialismo, mas a exploração dos povos colonizados pode continuar. No entanto, esta hipótese não é muito provável pois os povos das colónias já mostraram, através destes últimos 14 anos de luta armada das suas capacidades e objectivos: destruição total do colonialismo, independência nacional e luta contra o imperialismo.

Em Portugal a luta continua. A destruição do fascismo pela intervenção do Movimento das Forças Armadas não destruiu o capitalismo, como era de prever. Continua a haver exploradores e explorados. O antagonismo que opõe proletariado e burguesia continua. O nosso combate pela destruição da sociedade de classes continua. Enfim, a revolução socialista com a tomada do poder pelos próprios trabalhadores continua a ser a nossa estratégia.

Qual deve ser a atitude dos desertores e refractários perante a actual situação política portuguesa?

Desde o 25 de Abril que chegamos massivamente a Portugal desertores e refractários. Por aí se encontram muitos milhares no estrangeiro e a estes fazemos um apelo para que regressem a Portugal o mais depressa possível, de maneira podermos aproveitar das actuais condições objectivas, na perspectiva de alargar e consolidar a organização do proletariado.

Todos os desertores e refractários se devem incorporar no exército em Portugal. É necessário e extremamente urgente a educação política dos soldados de forma a ganharem uma consciência de classe. Assim como os operários se devem organizar nas fábricas, nos locais de trabalho os estudantes nas universidades, liceus e demais escolas, os soldados devem organizar-se nos quartéis. Mas não pensemos que a organização nasce espontaneamente. É necessário discutir, fazer propaganda e agitação para que nos possamos organizar verdadeiramente. Daí que os desertores e refractários sejam uma força que não se pode desprezar nas tarefas a realizar nos quartéis pois a maioria quando tinha sido do de Portugal já possuía, pelo menos, uma consciência anticolonialista e antifascista e, no estrangeiro, adquiriram novas experiências e desenvolveram a sua consciência de classe e política.

Criem-se comités de soldados e marinheiros em todos os quartéis.

Aproveitemos o ensejo — fructificando as contradições da burguesia que a própria burguesia nos dá — aprendamos a manejar as armas à custa da burguesia. Um dia teremos de utilizá-las contra essa mesma burguesia (e disso estamos convictos pois, historicamente, a burguesia nunca cede pacificamente o poder), aqui em Portugal. Esta será a melhor forma de internacionalismo proletário com todos os povos e nações oprimidas do mundo: é fazeremos a revolução no nosso próprio país.

Entretanto, a guerra colonial e o colonialismo português não terminaram em África e, se fomos mobilizados para oprimirmos os povos irmãos das colónias — os aliados directos dos trabalhadores portugueses —, recusamo-nos massivamente a embarcar. E em última alternativa temos sempre uma arma poderosa: A DESERÇÃO.

— Pela organização revolucionária dos soldados e marinheiros

— Pela criação de comités de soldados e marinheiros dentro dos quartéis.

— Viva a aliança de todos os explorados e oprimidos pelo capitalismo e o imperialismo.

— Recusemo-nos massivamente a embarcar para as colónias.

EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA.